

SUMÁRIO

PARTE GERAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2, DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. 34

LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências..... 36

LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991 (*)

Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 84

LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro..... 84

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a arbitragem. 92

LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro..... 99

LEI Nº 10.741, DE 1 DE OUTUBRO DE 2003 (*)

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. 100

LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos..... 101

LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto-composição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997..... 102

LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019

Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.....

108

LEI Nº 5.433, DE 8 DE MAIO DE 1968

Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.....

118

DECRETO Nº 1.799, DE 30 DE JANEIRO DE 1996

Regulamenta a Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.....

119

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991 (*)

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.....

122

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (*)

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).....

127

DECRETO-LEI Nº 1.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1976 (*)

Dispõe sobre a tributação de resultados obtidos na venda de participações societárias pelas pessoas físicas; altera o Decreto-lei nº 1.381, de 23 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável à pessoa física equiparada à pessoa jurídica em decorrência de operações com imóveis, e dá outras providências.....

130

DECRETO-LEI Nº 1.537, DE 13 DE ABRIL DE 1977

Isenta do pagamento de custas e emolumentos a prática de quaisquer atos, pelos Ofícios e Cartórios de Registro de Imóveis, de Registro de Títulos e Documentos e de Notas, relativos às solicitações feitas pela União.....

131

DECRETO Nº 61.078, DE 26 DE JULHO DE 1967

Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Consulares.....

131

DECRETO Nº 166, DE 3 DE JULHO DE 1991

Promulga o Convênio de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha.....

147

DECRETO Nº 862, DE 9 DE JULHO DE 1993

Promulga o Tratado sobre Cooperação Judiciária em Matéria Penal, entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana, de 17/10/1989.....

147

DECRETO Nº 3.598, DE 12 DE SETEMBRO DE 2000

Promulga o Acordo de Cooperação em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, celebrado em Paris, em 28 de maio de 1996. 148

DECRETO Nº 6.891, DE 2 DE JULHO DE 2009

Promulga o Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile.... 149

DECRETO Nº 8.660, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, firmada pela República Federativa do Brasil, em Haia, em 5 de outubro de 1961. 150

DECRETO Nº 8.742, DE 4 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre os atos notariais e de registro civil do serviço consular brasileiro e da dispensa de legalização no Brasil das assinaturas e atos emanados das autoridades consulares brasileiras..... 153

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 29 DE AGOSTO DE 2006, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Disciplina a contratação, por delegados extrajudiciais, de cônjuge, companheiro e parente, na linha reta e na colateral, até terceiro grau, de magistrado incumbido da corregedoria do respectivo serviço de notas ou de registro. 154

RESOLUÇÃO CNJ Nº 67, DE 3 DE MARÇO DE 2009

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça e dá outras providências..... 154

RESOLUÇÃO CNJ Nº 80, DE 09 DE JUNHO DE 2009

Declara a vacância dos serviços notariais e de registro ocupados em desacordo com as normas constitucionais pertinentes à matéria, estabelecendo regras para a preservação da ampla defesa dos interessados, para o período de transição e para a organização das vagas do serviço de notas e registro que serão submetidas a concurso público..... 180

RESOLUÇÃO CNJ Nº 81, DE 9 DE JUNHO DE 2009

Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos, para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital. 184

RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. 192

RESOLUÇÃO Nº 228, DE 22 DE JUNHO DE 2016

Regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila)..... 198

PROVIMENTO Nº 23, DE 24 DE OUTUBRO DE 2012

Dispõe sobre a restauração de livros extraviados ou danificados no serviço extrajudicial de notas e de registro..... 201

PROVIMENTO Nº 25, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a regulamentação do uso do Malote Digital pelas serventias extrajudiciais de notas e de registro..... 203

PROVIMENTO CNJ Nº 45, DE 13 DE MAIO DE 2015

Revoga o Provimento 34 de 09/07/2013 e a Orientação 6 de 25/11/2013 e consolida as normas relativas à manutenção e escrituração dos Livros Diário Auxiliar, Visitas e Correições e Controle de Depósito Prévio pelos titulares de delegações e responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, e dá outras providências..... 204

PROVIMENTO CNJ Nº 50, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a conservação de documentos nos cartórios extrajudiciais..... 207

PROVIMENTO CNJ Nº 60, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece diretrizes gerais para a cobrança de emolumentos sobre os contratos de exploração de energia eólica..... 208

PROVIMENTO CNJ Nº 61, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informação do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional... 209

PROVIMENTO CNJ Nº 62, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos para a aposição de apostila, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila)..... 210

PROVIMENTO CNJ Nº 67, DE 26 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre os procedimentos de conciliação e de mediação nos serviços notariais e de registro do Brasil..... 214

PROVIMENTO Nº 69, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre o teletrabalho no âmbito dos serviços notariais e de registro do Brasil..... 220

PROVIMENTO Nº 74, DE 31 DE JULHO DE 2018

Dispõe sobre padrões mínimos de tecnologia da informação para a segurança, integridade e disponibilidade de dados para a continuidade da atividade pelos serviços notariais e de registro do Brasil e dá outras providências..... 221

PROVIMENTO Nº 76, DE 12 DE SETEMBRO DE 2018

Altera a periodicidade do recolhimento do valor da renda líquida excedente, pelos responsáveis interinos do serviço extrajudicial de notas e registros públicos, ao tribunal de justiça, previsto no Provimento n. 45 de 13/5/2015..... 223

PROVIMENTO Nº 77, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a designação de responsável interino pelo expediente 224

PROVIMENTO CNJ Nº 78, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a compatibilidade da atividade notarial e de registro com o exercício simultâneo de mandato eletivo e dá outras providências 225

PROVIMENTO Nº 79, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a política institucional de Metas Nacionais do Serviço Extrajudicial e dá outras providências 226

PROVIMENTO Nº 85, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Agenda 2030, pelas Corregedorias do Poder Judiciário e pelo Serviço Extrajudicial 227

PROVIMENTO Nº 88, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores visando à prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro, previstos na Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998, e do financiamento do terrorismo, previsto na Lei n. 13.260, de 16 de março de 2016, e dá outras providências 229

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 9, DE 7 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre a formação e manutenção de arquivo de segurança pelos responsáveis pelas serventias do serviço extrajudicial de notas e de registro 239

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 28, DE 17 DE AGOSTO DE 2018

Recomenda aos tribunais de justiça dos Estados e do Distrito Federal a celebração de convênios com notários e registradores do Brasil para a instalação de centros judiciários de solução de conflitos e cidadania (CEJUSCs) 240

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.112, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

Aprova o programa e as instruções para preenchimento da Declaração sobre Operações Imobiliárias, versão 6.1, define regras para a sua apresentação e dá outras providências. Alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.193, de 15 de setembro de 2011. Alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.239, de 17 de janeiro de 2012 241

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

LEI Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973 (*)

Dispõe sobre o Estatuto do Índio 250

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 (*)

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências 250

LEI Nº 8.501, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1992

Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudos ou pesquisas científicas e dá outras providências. 253

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. 253

LEI Nº 9.140, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995 (*)

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. 255

LEI Nº 11.976, DE 7 DE JULHO DE 2009

Dispõe sobre a Declaração de Óbito e a realização de estatísticas de óbitos em hospitais públicos e privados. 255

LEI Nº 12.662, DE 5 DE JUNHO DE 2012

Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. 256

LEI Nº 13.444, DE 11 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN). 257

LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 (*)

Institui a Lei de Migração. 259

DECRETO Nº 9.199, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. 261

DECRETO Nº 9.929, DE 22 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc e sobre o seu comitê gestor. ... 267

DECRETO Nº 10.063, DE 14 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica. 269

RESOLUÇÃO CONJUNTA CNJ/CNMP Nº 03, DE 19 DE ABRIL DE 2012

Dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais. 273

RESOLUÇÃO CNJ Nº 155, DE 16 DE JULHO DE 2012

Dispõe sobre traslado de certidões de registro civil de pessoas naturais emitidas no exterior. 274

RESOLUÇÃO CNJ Nº 175, DE 14 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. 278

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 09 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a padronização dos procedimentos para envio de dados pelas serventias de registro civil de pessoas naturais ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – Sirc. 278

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 28 DE MAIO DE 2019

Dispõe sobre o compartilhamento de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - Sirc..... 279

RESOLUÇÃO Nº 2.168, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM)

Adota as normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida – sempre em defesa do aperfeiçoamento das práticas e da observância aos princípios éticos e bioéticos que ajudam a trazer maior segurança e eficácia a tratamentos e procedimentos médicos –, tornando-se o dispositivo deontológico a ser seguido pelos médicos brasileiros e revogando a Resolução CFM nº 2.121, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 2015, Seção I, p.117. 279

PROVIMENTO CNJ Nº 13, DE 03 DE SETEMBRO DE 2010

Dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos. 282

PROVIMENTO CNJ Nº 16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2012

Dispõe sobre a recepção, pelos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, de indicações de supostos pais de pessoas que já se acharem registradas sem paternidade estabelecida, bem como sobre o reconhecimento espontâneo de filhos perante os referidos registradores..... 287

PROVIMENTO CNJ Nº 26, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre o Projeto Pai Presente – 2012 289

PROVIMENTO CNJ Nº 28, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2013

Dispõe sobre o registro tardio de nascimento, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, nas hipóteses que disciplina..... 291

PROVIMENTO CNJ Nº 37, DE 7 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre o registro de união estável, no Livro “E”, por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais..... 295

PROVIMENTO CNJ Nº 46, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC..... 296

PROVIMENTO CNJ Nº 51, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a averbação de carta de sentença expedida após homologação de sentença estrangeira relativa a divórcio ou separação judicial. 300

PROVIMENTO CNJ Nº 53, DE 16 DE MAIO DE 2016

Dispõe sobre a averbação direta por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais da sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, no assento de casamento, independentemente de homologação judicial. 301

PROVIMENTO CNJ Nº 63, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Institui modelos únicos de certidão de nascimento, de casamento e de óbito, a serem adotadas pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais, e dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade socioafetiva no Livro "A" e sobre o registro de nascimento e emissão da respectiva certidão dos filhos havidos por reprodução assistida. 302

PROVIMENTO Nº 66, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a prestação de serviços pelos escritórios de registro civil das pessoas naturais mediante convênio, credenciamento e matrícula com órgãos e entidades governamentais e privadas. 308

PROVIMENTO CNJ Nº 73, DE 28 DE JUNHO DE 2018

Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN). 309

PROVIMENTO CNJ Nº 81, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre a Renda Mínima do Registrador Civil de Pessoas Naturais. 312

PROVIMENTO Nº 82, DE 03 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre o procedimento de averbação, no registro de nascimento e no de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor e dá outras providências. 313

PROVIMENTO Nº 83, DE 14 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Seção II, que trata da Paternidade Socioafetiva, do Provimento n. 63, de 14 de novembro de 2017 da Corregedoria Nacional de Justiça. 314

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 18, DE 02 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a expedição de certidão de óbito no estabelecimento de saúde em que ocorra o falecimento. 316

RECOMENDAÇÃO CNJ Nº 19, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a instituição de Banco de Dados de óbitos de pessoas não identificadas, nos Estados que possuem Central de Registro Civil e no Distrito Federal. 316

RECOMENDAÇÃO Nº 23, DE 28 DE JUNHO DE 2016

Recomenda aos Escritórios de Registro Civil das Pessoas Naturais que registrem a profissão dos pais a serviço do seu país nos assentos e certidões de nascimento dos seus filhos nascidos no Brasil. 317

RECOMENDAÇÃO Nº 40, DE 02 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre os prazos e informações a serem prestadas ao Sistema Nacional de Informações de Registro Civil – SIRC pelas serventias extrajudiciais de registro de pessoas naturais. 318

RECOMENDAÇÃO Nº 43, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o procedimento prévio a ser observado por todos os registradores civis do País para a lavratura de registros de nascimento e passaportes..... 319

ORIENTAÇÃO CNJ Nº 4, DE 25 DE JUNHO DE 2013

Orienta sobre a desnecessidade de preenchimento da coluna “CID” do campo 40 da Declaração de Óbito do Ministério da Saúde para efeito de lavratura de assento de óbito por Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais. 320

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (*)

Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999..... 321

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995 (*)

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal..... 326

LEI Nº 12.879, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2013

Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público..... 329

LEI Nº 8.934, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994

Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. ... 329

DECRETO Nº 1.800, DE 30 DE JANEIRO DE 1996

Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. 330

DECRETO-LEI Nº 1.027, DE 2 DE JANEIRO DE 1939

Dispõe sobre o registro de contratos de compra e venda com reserva de domínio..... 331

DECRETO-LEI Nº 911, DE 1º DE OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências. 331

PROVIMENTO CNJ Nº 27, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012

Dispõe sobre a facultatividade e a competência para o registro de contratos de alienação fiduciária e de arrendamento mercantil de veículos por Oficial de Registro de Títulos e Documentos. 334

PROVIMENTO CNJ Nº 48, DE 16 DE MARÇO DE 2016

Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas. 335

REGISTRO DE IMÓVEIS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências. 338

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 897, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

Institui o Fundo de Aval Fraternal, dispõe sobre o patrimônio de afetação de propriedades rurais, a Cédula Imobiliária Rural, a escrituração de títulos de crédito e a concessão de subvenção econômica para empresas cerealistas, e dá outras providências. 340

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 910, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. 353

LEI Nº 4.380, DE 21 DE AGOSTO DE 1964 (*)

Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. 356

LEI Nº 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964 (*)

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. 359

LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências. 369

LEI Nº 6.739, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1979

Dispõe sobre a Matrícula e o Registro de Imóveis Rurais, e dá outras Providências. 373

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	
<i>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.....</i>	375
LEI Nº 6.987, DE 13 DE ABRIL DE 1982	
<i>Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União e das entidades da Administração Federal Indireta, e dá outras providências.....</i>	387
LEI Nº 8.009, DE 29 DE MARÇO DE 1990	
<i>Dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família.....</i>	388
LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991	
<i>Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.....</i>	389
LEI Nº 9.514, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1997 (*)	
<i>Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.</i>	403
LEI Nº 10.150, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2000	
<i>Dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências.</i>	410
LEI Nº 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001	
<i>Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências.....</i>	421
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 (*)	
<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	424
LEI Nº 11.795, DE 8 DE OUTUBRO DE 2008	
<i>Dispõe sobre o Sistema de Consórcio.</i>	426
LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009 (*)	
<i>Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	429
LEI Nº 13.097, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 (*)	
<i>Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores; prorroga os benefícios previstos nas Leis nºs 9.250, de 26 de</i>	

dezembro de 1995, 9.440, de 14 de março de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 12.375, de 30 de dezembro de 2010; altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada; altera as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 12.973, de 13 de maio de 2014, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 10.820, de 17 de dezembro de 2003, 6.634, de 2 de maio de 1979, 7.433, de 18 de dezembro de 1985, 11.977, de 7 de julho de 2009, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.076, de 30 de dezembro de 2004, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.074, de 7 de julho de 1995, 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 11.943, de 28 de maio de 2009, 10.848, de 15 de março de 2004, 7.565, de 19 de dezembro de 1986, 12.462, de 4 de agosto de 2011, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 12.850, de 2 de agosto de 2013, 5.070, de 7 de julho de 1966, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.480, de 2 de julho de 2002, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 6.530, de 12 de maio de 1978, 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 8.080, de 19 de setembro de 1990, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto-Lei nº 745, de 7 de agosto de 1969, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.360, de 23 de setembro de 1976, 7.789, de 23 de novembro de 1989, 8.666, de 21 de junho de 1993, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.973, de 13 de maio de 2014, 8.177, de 1º de março de 1991, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004 e 9.514, de 20 de novembro de 1997, e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e dá outras providências. 430

LEI Nº 13.178, DE 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-Lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999. 437

LEI Nº 13.240, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os Decretos-Lei nºs 3.438, de 17 de julho de 1941, 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; e revoga dispositivo da Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015. 438

LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 (*)

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de

<i>21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.....</i>	445
LEI Nº 13.476, DE 28 DE AGOSTO DE 2017	
<i>Altera a Lei nº 12.810, de 15 de maio de 2013, para dispor sobre a constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários objeto de registro ou de depósito centralizado, e a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015; e revoga dispositivo da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.....</i>	458
LEI Nº 13.810, DE 8 DE MARÇO DE 2019	
<i>Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16 de outubro de 2015.....</i>	460
LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964	
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.....</i>	462
DECRETO Nº 59.428, DE 27 DE OUTUBRO DE 1966	
<i>Regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III, e os arts. 81 – 82 – 83 – 91 – 109 – 111 – 114 – 115 e 126 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o art. 22 do Decreto-lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, e os arts. 9 – 10 – 11 – 12 – 22 e 23 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966.....</i>	492
LEI Nº 5.709, DE 7 DE OUTUBRO DE 1971	
<i>Regula a Aquisição de Imóvel Rural por Estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil, e dá outras Providências.....</i>	509
DECRETO Nº 74.965, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1974	
<i>Regulamenta a Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, que dispõe sobre a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.....</i>	511
LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998	
<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.....</i>	514
DECRETO Nº 3.725, DE 10 DE JANEIRO DE 2001	
<i>Regulamenta a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, e dá outras providências.....</i>	535
LEI Nº 11.952, DE 25 DE JUNHO DE 2009	
<i>Dispõe sobre regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. (Redação dada pela Medida Provisória nº 910, de 2019).....</i>	540

DECRETO Nº 9.309, DE 15 DE MARÇO DE 2018	
<i>Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências.....</i>	551
DECRETO Nº 7.341, DE 22 DE OUTUBRO DE 2010	
<i>Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.</i>	561
LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012	
<i>Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</i>	564
DECRETO Nº 9.640, DE 27 DEZEMBRO DE 2018	
<i>Regulamenta a Cota de Reserva Ambiental, instituída pelo art. 44 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.....</i>	588
DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.....</i>	594
DECRETO-LEI Nº 58, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1937	
<i>Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações.....</i>	598
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.....</i>	603
DECRETO-LEI Nº 2.375, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1987	
<i>Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências.</i>	609
DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987	
<i>Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.</i>	611
DECRETO Nº 95.760, DE 1º DE MARÇO DE 1988	
<i>Regulamenta o art. 3º do Decreto-lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências...</i>	615
DECRETO Nº 95.956, DE 22 DE ABRIL DE 1988	
<i>Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes.....</i>	616

DECRETO Nº 96.084, DE 23 DE MAIO DE 1988

Regulamenta o § 1º do art. 5º do Decreto-lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, que autoriza a União a transferir, a título gratuito, a Estados ou Territórios, terras públicas a ela pertencentes, localizadas na Faixa de Fronteira..... 617

DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996

Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências..... 618

DECRETO Nº 4.449, DE 30 DE OUTUBRO DE 2002

Regulamenta a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nºs. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências..... 620

DECRETO Nº 8.764, DE 10 DE MAIO DE 2016

Institui o Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais e regulamenta o disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009..... 623

DECRETO Nº 9.310, DE 15 DE MARÇO DE 2018

Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União..... 626

DECRETO Nº 9.354, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União..... 653

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 06 DE ABRIL DE 2010, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Institucionaliza, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Fórum de Assuntos Fundiários, de caráter nacional e permanente, destinado ao monitoramento dos assuntos pertinentes a essa matéria e à resolução de conflitos oriundos de questões fundiárias, agrárias ou urbanas..... 654

PROVIMENTO Nº 33, DE 3 DE JULHO DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Dispõe sobre o registro e a averbação de descrição de área, por Oficiais de Registro de Imóveis, relativos às Glebas Públicas Federais situadas na Amazônia Legal..... 656

PROVIMENTO CNJ Nº 39, DE 24 DE JULHO DE 2014, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, destinada a receber comunicações de indisponibilidade de bens imóveis não individualizados..... 658

PROVIMENTO Nº 43, DE 17 DE ABRIL DE 2015, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Dispõe sobre o arrendamento de imóvel rural por estrangeiro residente ou autorizado a funcionar no Brasil, bem como por pessoa jurídica brasileira da qual participe, a qualquer título, pessoas estrangeira física ou jurídica que resida ou tenha sede no exterior e possua a maioria do capital social..... 663

PROVIMENTO Nº 44, DE 18 DE MARÇO DE 2015, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Estabelece normas gerais para o registro da regularização fundiária urbana.....</i>	664
PROVIMENTO Nº 47, DE 19 DE JUNHO DE 2015, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de imóveis.....</i>	669
PROVIMENTO Nº 65, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Estabelece diretrizes para o procedimento da usucapião extrajudicial nos serviços notariais e de registro de imóveis.</i>	671
PROVIMENTO Nº 70, DE 12 DE JUNHO DE 2018, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Dispõe sobre abertura de matrícula e registro de terra indígena com demarcação homologada e averbação da existência de demarcação de área indígena homologada e registrada em matrículas de domínio privado incidentes em seus limites.</i>	677
PROVIMENTO Nº 89, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Regulamenta o Código Nacional de Matrículas – CNM, o Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis –SREI, o Serviço de Atendimento Eletrônico Compartilhado – SAEC, o acesso da Administração Pública Federal às informações do SREI e estabelece diretrizes para o estatuto do Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis – ONR.</i>	679
ORIENTAÇÃO Nº 5, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Orienta sobre o procedimento de averbação de descrição georreferenciada de Gleba Pública Federal na Amazônia Legal previsto nos arts. 3º e 4º do Provimento nº 33/2013 da Corregedoria Nacional de Justiça.....</i>	687
RECOMENDAÇÃO Nº 14, DE 2 DE JULHO DE 2014, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Dispõe sobre a divulgação do resultado de estudos realizados para a especificação do modelo de sistema digital para implantação de Sistemas de Registro de Imóveis Eletrônico – S – REI.....</i>	687
RECOMENDAÇÃO Nº 41, DE 02 DE JULHO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Dispõe sobre a dispensa dos Cartórios de Registro de Imóveis da anuência dos confrontantes na forma dos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei n. 13.838, de 4 de junho de 2019.</i>	688
LEI Nº 7.433, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências.</i>	690
DECRETO Nº 93.240, DE 9 DE SETEMBRO DE 1986	
<i>Regulamenta a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas, e dá outras providências”.....</i>	690
RESOLUÇÃO Nº 35, DE 24 DE ABRIL DE 2007, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	
<i>Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro.</i>	691

RESOLUÇÃO Nº 131, DE 26 DE MAIO DE 2011, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre a concessão de autorização de viagem para o exterior de crianças e adolescentes brasileiros, e revoga a Resolução nº 74/2009 do CNJ.....</i>	696
RESOLUÇÃO Nº 295, DE 13 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre autorização de viagem nacional para crianças e adolescentes.....</i>	698
PROVIMENTO Nº 18, DE 28 DE AGOSTO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre a instituição e funcionamento da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC.</i>	701
PROVIMENTO Nº 42, DE 31 DE OUTUBRO DE 2014, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade do encaminhamento e da averbação na Junta Comercial, de cópia do instrumento de procuração outorgando poderes de administração, de gerência dos negócios, ou de movimentação de conta corrente vinculada de empresa individual de responsabilidade limitada, de sociedade empresarial, de sociedade simples, ou de cooperativa, expedida pelos Tabelionatos de Notas.</i>	706
PROVIMENTO Nº 56, DE 14 DE JULHO DE 2016, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta ao Registro Central de Testamentos On-Line (RCTO) para processar os inventários e partilhas judiciais e lavrar escrituras públicas de inventários extrajudiciais..</i>	707
RECOMENDAÇÃO Nº 3, DE 15 DE MARÇO DE 2012, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre cientificação prévia das partes, nos atos notariais que especifica, quanto à possibilidade de obterem Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.</i>	707
RECOMENDAÇÃO Nº 22, DE 06 DE JUNHO DE 2016, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Recomenda aos Tabelionatos de Notas que procedam a realização de inventário, partilha, separação consensual, divórcio consensual e extinção consensual de união estável, quando houver filhos ou herdeiros emancipados.</i>	708

TABELIONATO DE PROTESTO DE TÍTULOS E OUTROS DOCUMENTOS DE DÍVIDA

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006(*) <i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.....</i>	710
LEI Nº 5.474, DE 18 DE JULHO DE 1968 <i>Dispõe sobre as Duplicatas, e dá outras providências.</i>	710

LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980 (*) <i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.....</i>	715
LEI Nº 9.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997 <i>Define competência, regulamenta os serviços concernentes ao protesto de títulos e outros documentos de dívida e dá outras providências.....</i>	715
LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005 (*) <i>Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária..</i>	722
LEI Nº 13.775, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018 <i>Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997; e dá outras providências.....</i>	725
DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943 <i>Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.....</i>	728
DECRETO-LEI Nº 857, DE 11 DE SETEMBRO DE 1969 <i>Consolida e altera a legislação sobre moeda de pagamento de obrigações exequíveis no Brasil.....</i>	728
DECRETO Nº 2.044, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1908 <i>Define a letra de câmbio e a nota promissória e regula as Operações Cambiais.....</i>	729
DECRETO Nº 57.663, DE 24 DE JANEIRO DE 1966 <i>Promulga as Convenções para adoção de uma lei uniforme em matéria de letras de câmbio e notas promissórias.....</i>	736
PROVIMENTO Nº 30, DE 19 DE ABRIL DE 2013, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Disciplina a recepção e protesto de cheques, nas hipóteses que relaciona, visando coibir fraudes que possam acarretar prejuízos aos devedores ou a terceiros.....</i>	754
PROVIMENTO Nº 72, DE 27 DE JUNHO DE 2018, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre medidas de incentivo à quitação ou à renegociação de dívidas protestadas nos tabelionatos de protesto do Brasil.....</i>	756
PROVIMENTO Nº 86, DE 29 DE AGOSTO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre a possibilidade de pagamento postergado de emolumentos, acréscimos legais e demais despesas, devidos pela apresentação de títulos ou outros documentos de dívida para protesto e dá outras providências.....</i>	759
PROVIMENTO Nº 87, DE 11 DE SETEMBRO DE 2019, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Dispõe sobre as normas gerais de procedimentos para o protesto extrajudicial de títulos e outros documentos de dívida, regulamenta a implantação da Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto de Títulos – CENPROT e dá outras providências.....</i>	761

LEGISLAÇÃO SOBRE CÉDULAS, LETRAS E NOTAS

LEI Nº 492, DE 30 DE AGOSTO DE 1937	
<i>Regula o penhor rural e a cédula pignoratícia.....</i>	767
LEI Nº 6.313, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975	
<i>Dispõe sobre títulos de crédito à exportação e dá outras providências.....</i>	772
LEI Nº 6.840, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1980	
<i>Dispõe sobre títulos de crédito comercial e dá outras providências.....</i>	772
LEI Nº 8.929, DE 22 DE AGOSTO DE 1994	
<i>Institui a Cédula de Produto Rural, e dá outras providências.....</i>	773
LEI Nº 10.931, DE 02 DE AGOSTO DE 2004	
<i>Dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário, altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências.....</i>	776
DECRETO-LEI Nº 70, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1966	
<i>Autoriza o funcionamento de associações de poupança e empréstimo, institui a cédula hipotecária e dá outras providências.....</i>	787
DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967 (*)	
<i>Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.....</i>	794
DECRETO-LEI Nº 413, DE 09 DE JANEIRO DE 1969 (*)	
<i>Dispõe sobre títulos de crédito industrial e dá outras providências.....</i>	798